Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - 1º Grau

O documento a seguir foi juntado aos autos do processo de número 0010906-72.2016.5.03.0004 em 06/12/2022 17:57:40 - 0488757 e assinado eletronicamente por:

- MARCO ANTONIO BARBOSA OLIVEIRA JUNIOR

Consulte este documento em:
https://pje.trt3.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
usando o código**22120617571848300000160582054**

EDITAL DE LEILÃO. JUSTIÇA DO TRABALHO – TRT-3 – **4ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE/MG. NÚMERO DO PROCESSO CNJ:** 0010906-72.2016.5.03.0004**. EXEQUENTE:** UNIAO FEDERAL (PGFN)**. EXECUTADO:** ERKAL ENGENHARIA LIMITADA. O leilão ocorrerá na modalidade **exclusivamente eletrônica**, e realizado nos sites dos leiloeiros: www.saraivaleiloes.com.br e www.marcoantonioleiloeiro.com.br, onde foi publicado o presente edital (art. 887, §2º CPC). Demais informações estão disponíveis nos referidos sites ou pelos telefones (31) 3207-3900 / 3024-4451

DATA DO LEILÃO: 08/02/2023 a partir das 9h00min. Na hipótese de ser infrutífera a alienação, será realizado o 2º leilão no dia 08/03/2023 no mesmo horário e condições.

OBSERVAÇÃO: Se tratando de leilão realizado simultaneamente nas plataformas www.marcoantonioleiloeiro.com.br e www.saraivaleiloes.com.br, o lance ofertado em um dos sites, será replicado no outro, sob o codinome "lancador".

LANCE MÍNIMO: No 1º e 2º leilão (se houver), serão aceitos lances a partir do valor mínimo determinado pelo Juiz, qual seja, **50% do valor da avaliação**.

DESCRIÇÃO DOS BENS:

01) Vaga de garagem, nº 03, localizada no subsolo do ED. João de Moura Lima, situado na Rua Martim de Carvalho, 671, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG, e seu terreno fração ideal de 0,0101 do lote 24, do quarteirão 22, 12ª. Seção suburbana, com área de 35,91m². **AVALIAÇÃO:** R$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

MATRÍCULA: 63.180 no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Belo Horizonte/MG. **ANOTAÇÕES AVERBADAS NA MATRÍCULA ATÉ O DIA 26/08/2022.** OBSERVAÇÃO: O interessado deverá verificar junto ao Cartório de Registro de Imóveis a existência de novas averbações após essa data.

ÔNUS: Penhora Proc. 9270780-11.2003.8.13.0024 (arquivado definitivamente em 03.07.2017) – 26ª Vara Cível de Belo Horizonte/MG (R-6); Penhora Proc. 5713848-04.2009.8.13.0024– 19ª Vara Cível de Belo Horizonte/MG (R-7); Penhora Proc. 0008385-72.2009.8.19.0209 – 7ª Vara Cível da Regional da Barra da Tijuca do Rio de Janeiro/RJ (R-8); Indisponibilidade e Penhora Proc. 0008303-64.2012.4.01.3800 – 27ª Vara Federal de Execução Fiscal da SJMG (Av-9 e R-10); Ação de Execução Proc. 1129870-89.2011.8.13.0024 – 3ª Vara Cível de Belo Horizonte/MG (Av-11); Indisponibilidade Proc. 0011083-12.2016.5.03.0012 (Arquivados os autos definitivamente em 06/10/2022) – 12ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG (Av-13); Indisponibilidade Proc. 0010660-55.2015.5.03.0184 – 46ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG (Av-14); Penhora Proc. 0004054-35.2008.8.16.0025 – 1ª Vara Cível de Araucária/PR (R-15); Indisponibilidade Proc. 0649116-94.2012.8.13.0024 – 4ª Vara Cível de Belo Horizonte/MG (Av-16); Indisponibilidade Proc. 0000612-77.2014.5.03.0182 – 44ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG (Av-18); Indisponibilidade Proc. 0011287-72.2016.5.03.0136 – 36ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG (Av-21); Indisponibilidade Proc. 0011153-56.2016.5.03.0003 (Arquivados os autos definitivamente em 10/05/2021) – 3ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG (Av-22); Penhora Proc. 0512831-

26.2014.8.13.0024 – 5ª Vara de Fazenda Pública Estadual de Belo Horizonte/MG (R-23); Indisponibilidade Proc. 0010982-57.2016.5.03.0114 – 35ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG (Av-24); Indisponibilidade Proc. 0011188-38.2015.5.03.0007 – 7ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG (Av-25); Penhora e Indisponibilidade destes autos (R-26 e AV-27); Indisponibilidade Proc. 0010504-96.2018.5.03.0108 – 29ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG (Av-28); Indisponibilidade Proc. 0010329-36.2017.5.03.0109 – 30ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte (Av-29); Penhora e Indisponibilidade Proc. 0160500-95.2009.5.03.0105 – 26ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG (R-30 e Av-31); Indisponibilidade Proc. 0000237-37.2013.5.03.0077 – Vara do Trabalho de Teófilo Otoni/MG (Av-32); Indisponibilidade Proc. 0010920-94.2017.5.03.0077 – Vara do Trabalho de Teófilo Otoni (Av-33); Indisponibilidade Proc. 0010162-76.2018.5.03.0111 – 32ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG (Av-34); Indisponibilidade Proc. 0011533-64.2016.5.03.0008 – 8ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG (Av-35); Prenotações de indisponibilidade nºs 508457 e 512320; Prenotação nº 523692.

02) Vaga de garagem, nº 11, localizada no sub-solo do ED. João de Moura Lima, situado na Rua Martim de Carvalho, 671, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG, e seu terreno fração ideal de 0,0101, do lote 24, do quarteirão 22, 12ª. Seção suburbana, com área de 35,91m². **AVALIAÇÃO:** R$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

MATRÍCULA: 63.185 no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Belo Horizonte/MG. **ANOTAÇÕES AVERBADAS NA MATRÍCULA ATÉ O DIA 26/08/2022.** OBSERVAÇÃO: O interessado deverá verificar junto ao Cartório de Registro de Imóveis a existência de novas averbações após essa data.

ÔNUS: Penhora Proc. 9270780-11.2003.8.13.0024 (arquivado definitivamente em 03.07.2017) – 26ª Vara Cível de Belo Horizonte/MG (R-6); Penhora Proc. 5713848-04.2009.8.13.0024 – 19ª Vara Cível de Belo Horizonte/MG (R-7); Indisponibilidade Proc. 0008303-64.2012.4.01.3800 – 27ª Vara Federal de Execução Fiscal da SJMG de Belo Horizonte/MG (Av-8 e R-9); Ação de Execução Proc. 1129870-89.2011.8.13.0024 – 3ª Vara Cível de Belo Horizonte/MG (Av-10); Indisponibilidade Proc. 0011083-12.2016.5.03.0012 (Arquivados os autos definitivamente em 06/10/2022) – 12ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG (Av-12); Indisponibilidade Proc. 0010660-55.2015.5.03.0184 – 46ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG (Av-13); Penhora Proc. 0004054-35.2008.8.16.0025 – 1ª Vara Cível de Araucária/PR (R-14); Indisponibilidade Proc. 0649116-94.2012.8.13.0024 – 4ª Vara Cível de Belo Horizonte/MG (Av-15); Indisponibilidade Proc. 0000612-77.2014.5.03.0182 – 44ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG (Av-17); Indisponibilidade Proc. 0011287-72.2016.5.03.0136 – 36ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG (Av-20); Indisponibilidade Proc. 0011153-56.2016.5.03.0003 (Arquivados os autos definitivamente em 10/05/2021) – 3ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG (Av-21); Penhora Proc. 0512831-26.2014.8.13.0024 – 5ª Vara da Fazenda Estadual de Belo Horizonte/MG (R-22); Indisponibilidade Proc. 0010982-57.2016.5.03.0114 – 35ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG (Av-23); Indisponibilidade Proc. 0011188-38.2015.5.03.0007 – 7ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG (Av-24); Penhora e Indisponibilidade destes autos (R-25 e Av-26); Indisponibilidade Proc. 0010504-96.2018.5.03.0108 – 29ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG (Av-27); Indisponibilidade Proc. 0010329-36.2017.5.03.0109 – 30ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG (Av-28); Penhora e

Indisponibilidade Proc. 0160500-95.2009.5.03.0105 – 26ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG (R-29 e Av-30); Indisponibilidade Proc. 0000237-37.2013.5.03.0077 – Vara do Trabalho de Teófilo Otoni (Av-31); Indisponibilidade Proc. 0010920-94.2017.5.03.0077 – Vara do Trabalho de Teófilo Otoni (AV-32); Indisponibilidade Proc. 0010162-76.2018.5.03.0111 – 32ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG (AV-33); Indisponibilidade Proc. 0011533-64.2016.5.03.0008 – 8ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG (AV-34); Prenotação de Indisponibilidade nºs 508457 e 512320; Prenotação nº 523692.

OBSERVAÇÃO: <u>O Condomínio do Ed. João de Moura Lima informou o débito de condomínio no valor de R$ 65.571,15, atualizado até 31/10/2022.</u>

TOTAL DA AVALIAÇÃO: R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

FORMA DE PAGAMENTO: O leilão será aberto para pagamento nas modalidades à vista e parcelado, conforme determinação judicial (Despacho Id 151c2f5). Considerar-se-á vencedora a melhor proposta, nos termos do art. 888 §1º da CLT.

a) Uma vez ofertado o lance na modalidade à vista, ele não poderá ser convertido em lance na modalidade parcelado. Caso o arrematante faça a conversão por sua conta e risco no ato do pagamento, perderá em favor dos leiloeiros o valor pago a título de comissão, se arrematação não for homologada ou posteriormente anulada;

b) O pagamento da arrematação será feito através de guia judicial que será encaminhada ao arrematante por meio do e-mail indicado no cadastro;

c) Na hipótese de arrematação à vista, o valor deverá ser integralmente pago **impreterivelmente nas 24 (vinte e quatro) horas subsequente ao leilão**, conforme art. 888, §4º da CLT, e o comprovante deverá ser enviado aos Leiloeiros no e-mail financeiroleilao.trt3@gmail.com, na mesma data, até às 16h00min;

d) No caso de arrematação parcelada, o arrematante deverá efetuar o pagamento do valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) da arrematação **impreterivelmente nas 24 (vinte e quatro) horas subsequente ao leilão**. O remanescente será pago em quantas parcelas forem admitidas pelo Juiz, respeitando o limite máximo de 10 (dez) parcelas. As prestações serão mensais e sucessivas, vencíveis a cada 30 (trinta) dias da data da arrematação e corrigidas pelo INPC;

e) O pagamento das parcelas será efetuado diretamente pelo arrematante, através de guia de depósito judicial vinculada ao processo, que será expedida pelo próprio arrematante no site da Caixa Econômica Federal, devendo este comprová-lo mensalmente com a juntada da guia devidamente quitada nos autos;

f) A venda na modalidade parcelada será garantida por hipoteca judicial gravado sobre o próprio imóvel até a quitação.

g) No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas (art. 895, § 4º do CPC). O inadimplemento

autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação (art. 895, § 5º do CPC);

CONDIÇÕES DO LEILÃO: Por ordem do M.M juízo, o presente leilão será regido pelo Decreto Lei 21.981/32; Código Penal; CLT, CPC e CTN, nas seguintes condições:

1º) O leilão será realizado pelos Leiloeiros Ângela Saraiva Portes Souza e Marco Antônio Barbosa de Oliveira Júnior, nas datas e horário acima, podendo ser prorrogado por 00h30min.Os leiloeiros ficam autorizados a alternar a sequência de lotes caso julguem necessário.

2º) O Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região reserva-se o direito de incluir ou excluir bens do leilão.

3º) Para participar do leilão eletrônico, o interessado deverá realizar o cadastro e se habilitar nos sites dos leiloeiros (www.saraivaleiloes.com.br e www.marcoantonioleiloeiro.com.br) e, somente após a análise dos documentos obrigatórios e liberação do *login,* poderá ofertar os lances.

4º) Compete ao interessado na arrematação, a verificação do estado de conservação dos bens, não podendo o arrematante alegar desconhecimento de suas condições, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização. As alienações são feitas em caráter "AD-CORPUS", sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação, são meramente enunciativas. Caso as benfeitorias informadas no auto de avaliação não estejam averbadas na matrícula do imóvel, caberá ao arrematante sua regularização.

5º) Caberá ao interessado verificar a existência de débitos tributários e débitos relativos às taxas de condomínio, se for o caso.

6º) Deverá o fiel depositário do bem, permitir a visitação com horário pré-agendado, mediante pedido do interessado nos autos.

7º) Encerrado o leilão, os bens que não receberem lances ficarão disponíveis para o recebimento de ofertas.

8º) Na arrematação será aplicada a determinação do Art. 110 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho: *Ao determinar a alienação de bem, deverá o magistrado fazer constar expressamente do edital, além dos requisitos do artigo 886 do CPC, a isenção do arrematante com relação aos débitos tributários, cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens e direitos adquiridos judicialmente, através de leilão judicial ou iniciativa particular, estejam ou não inscritos na dívida. Parágrafo único. Ficarão subrogados no bem arrematado os débitos de natureza não tributária que constarem expressamente do edital.*

9º) Pelos serviços prestados, caberão aos Leiloeiros o recebimento de comissão no percentual de 5% sobre o valor da arrematação, **a ser paga pelo arrematante**.

10) A comissão dos Leiloeiros deverá ser depositada na sua integralidade, em conta bancária que será informada ao arrematante por meio do e-mail indicado no cadastro, **impreterivelmente até o dia subsequente à realização do leilão**, e o comprovante deverá ser enviado aos Leiloeiros no e-mail financeiroleilao.trt3@gmail.com, na mesma data, até às 16h00min, sob pena de ser desconsiderada a arrematação e apresentado nos autos o lance subsequente.

11º) No caso de inadimplemento ou desistência da arrematação, por qualquer motivo, exceto os previstos em lei, o arrematante não terá direito à devolução da comissão dos Leiloeiros. Na hipótese de não pagamento da comissão, mesmo que aproveitado o lance subsequente, os Leiloeiros poderão promover a execução do valor devido nos próprios autos ou, ainda, levar o título (auto de arrematação) a protesto perante o Cartório competente, nos termos do art. 245 §4º do Provimento Geral Consolidado do TRT da 3ª Região.

12º) Ainda, em caso de inadimplemento da arrematação, seja na modalidade à vista ou parcelada, os Leiloeiros ficam autorizados a aproveitar o lance do licitante que mantiver a proposta.

13º) Nos termos do PROVIMENTO GERAL CONSOLIDADO DO TRT DA 3ª REGIÃO, TÍTULO XV, Art. 245, § 3° e §5º c/c Art. 246 §2º se o bem for arrematado, no caso de acordo ou pagamento da dívida (remição) se requeridos após o leilão, os leiloeiros serão remunerados com o correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da avaliação do bem, a ser pago pelo Executado no dia da remição, e no caso de Adjudicação, a remuneração dos leiloeiros será paga pelo adjudicante e será depositada antes da assinatura da respectiva carta.

14º) A arrematação só será concluída após a homologação pelo MM. Juiz da Vara competente e julgamento de eventuais recursos.

15º) A Nota de Arrematação será expedida pelos Leiloeiros após trânsito em julgado de eventuais recursos e entrega do bem.

16º) Por ordem do juízo e por força de lei, caso o devedor não seja encontrado pelo Sr. Oficial de Justiça, fica pelo presente edital intimado do leilão e dos ônus que lhe serão impostos, referidos no item 13º.

17) Ficam intimado do leilão (1ª e 2ª data, se houver), os coproprietários, as partes, seus cônjuges se casados forem, credores hipotecários ou fiduciários e credores com penhoras averbadas, inclusive os que estiverem em local incerto e não sabido.

18º) Nos termos do art. 358 do Código Penal, quem impedir, perturbar ou fraudar a arrematação judicial, afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem, estará sujeito à pena de detenção de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência. Por ordem deste Juízo, foi expedido o presente Edital em **06/12/2022.**